



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022  
ISSN 2177-3866

## **Inovação na Abordagem Teórico-Methodológica para Avaliar Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Brasil em Tempos de Pandemia da COVID- 19**

**MARIA JÚLIA BARBOSA PRISCO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

**ELIZABETH MATOS RIBEIRO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

# **Inovação na Abordagem Teórico-Metodológica para Avaliar Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Brasil em Tempos de Pandemia da COVID-19**

## **RESUMO**

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa monográfica desenvolvido no curso de bacharelado em Administração da UFBA e está integrado à linha de pesquisa em Estudos Conjunturais em Administração. Nesse sentido, o objetivo central do trabalho é apresentar o resultado da elaboração de bases teórico-metodológicas para atualizar a forma de análise/avaliação da capacidade de gestão de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher na Pandemia da COVID-19. O modelo de análise privilegiou a teoria da Administração Política com ênfase nos conceitos de gestão e gerência. A partir dessa definição foram determinadas as dimensões e indicadores que privilegiaram a identificação da transversalidade, intersetorialidade e capilaridade que qualificam as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, dando especial ênfase às tipificações da violência doméstica e familiar que apresentaram maior expressão no isolamento social— medida preventiva no combate à Pandemia da COVID-19. Como resultado observou-se que a gestão dessas políticas públicas não está sendo eficaz para promover o nível de assistência às vítimas no atual contexto de isolamento o que fundamenta a proposição apresentada nesse estudo de revisar os indicadores de avaliação dessas políticas a fim de melhorar a concepção de medidas preventivas e de apoio efetivo às mulheres.

**Palavras-chaves:** Violência contra a Mulher; Pandemia da COVID-19; Avaliação de Políticas Públicas; Administração Política; Indicadores Sociais.

## **1. Introdução**

No Brasil, a temática das políticas públicas para a mulher só ganha espaço a partir dos anos de 1980 com a redemocratização do país e a pressão de movimentos feministas, em resposta aos elevados índices de violência contra a mulher (OLIVEIRA, 2013). Porém, foi apenas em 2003 que foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) com o objetivo de promover políticas de equidade de gênero e combate à violência (BRASIL, 2005). Apesar desses avanços importantes, quase vinte anos depois se constata que as políticas de proteção às mulheres em situação de violência estão muito abaixo do necessário para assegurar dignidade a essa população.

Um aspecto pouco explorado sobre esse tema está relacionado à qualidade da gestão dos indicadores de violência contra a mulher como base fundamental para orientar a concepção e avaliação de políticas públicas. Garcia (2014) considera que as estatísticas brasileiras não são capazes de compreender a magnitude das diversas formas de violência contra a mulher e, por isso, torna-se necessária a ampliação da cobertura e melhora da sua qualidade. Bugni (2016) destaca que a gestão da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher está pautada em três princípios/eixos centrais: a transversalidade, a intersetorialidade e a capilaridade. Apesar da inovação desses princípios, a autora ressalta que não há evidências de investimentos do poder público para analisar os limites e desafios da gestão dessas políticas públicas, de modo a possibilitar a articulação das diversas e complexas dimensões que compõem essa política (incluindo este tríptico eixo de atuação). Como consequência dessa desarticulação, observa-se a ausência de mecanismos eficientes

para mensurar o nível de efetividade e de alcance da finalidade desta política. O que explica o fato de que os indicadores de violência contra a mulher estão dispersos em diversos órgãos/setores da administração pública e pelos entes da federação sem dialogar entre si. Essa limitação dificulta, portanto, a compreensão de como está sendo mensurada e avaliada a gestão das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil.

A violência doméstica e familiar, segundo a Lei nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha-LMP) tipifica violências contra as mulheres como agressão física, sexual, psicológica, patrimonial e moral. Entretanto, as tipificações invisíveis da violência, aquelas que não deixam marcas físicas são desprezadas na implementação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher que tem priorizado a abordagem da criminalização. Este fato ratifica-se na afirmação de Santos (2008) ao destacar que as políticas de proteção às mulheres vítimas de violência priorizam a criminalização do agressor em detrimento do apoio e assistência às vítimas.

A partir de março de 2020, após a crise social gerada pela Pandemia da COVID-19 as relações sociais, em especial, as relações de gênero têm se tornado, ainda, mais frágeis. Nesse contexto, a violência doméstica aumentou significativamente em consequência direta do isolamento social, ao restringir vítima e agressor ao mesmo espaço físico, sem contato com redes de apoio (MARQUES *et al.*, 2020). Diante desse novo cenário, as relações de dominação se acentuaram e as consequências para estas mulheres vítimas ganham novas nuances. O que exige uma revisão das bases orientadoras que tem guiado as políticas públicas sobre o tema para que consigam proteger e fornecer apoio efetivo. Diante dessa breve contextualização do problema, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: *Os indicadores sociais de violência contra a mulher que têm sido utilizados para avaliar as políticas públicas brasileiras são adequados para o enfrentamento dos crimes ocorridos no contexto da Pandemia da Covid-19?*

Os indicadores sociais usuais de violência contra a mulher se revelam ainda mais frágeis para avaliar a capacidade de gestão das políticas públicas em tempos de Pandemia da Covid-19 visto que se observam diversas disfunções na gestão dessas políticas. Essa pressuposição geral é corroborada pela análise de Miranda e Preuss (2020) que defendem que a violência de gênero na Pandemia apresenta novas nuances o que impõe novas perspectivas para o enfrentamento desse grave problema social. Mas, infelizmente, não é esse o movimento que tem sido observado no período, ao constatar que as políticas adotadas priorizam apenas a ampliação dos canais de denúncia. Considerando o contexto mais geral do problema, definiu-se o seguinte pressuposto orientador desse projeto de pesquisa: *Ao não ser capaz de conceber políticas públicas claras e amplas de proteção às mulheres em situação de violência que possibilitem garantir níveis necessários de transversalidade, intersectorialidade e capilaridade, as medidas de proteção lideradas pelo poder público não tem conseguido priorizar ações de apoio e assistência efetivas às vítimas, nem implementar medidas que contribuam para promover mudanças culturais substantivas para a reversão progressiva desse quadro especialmente no contexto da Pandemia da Covid-19.*

Nesse sentido, o objetivo geral foi elaborar uma matriz de análise que possibilite a construção de novos indicadores sociais de violência contra as mulheres que reflitam as mudanças ocorridas a partir da Pandemia da Covid-19 e privilegiem o apoio e assistência às vítimas. Como objetivos específicos pretendeu-se alcançar as seguintes metas: (i) *Analisar a evolução do conceito de políticas públicas de proteção à mulher em situação de violência no Brasil;* (ii) *Investigar “o uso e mau uso de indicadores sociais” na concepção de políticas públicas com ênfase na identificação das particularidades da violência contra a mulher ocorridas a partir da Pandemia da Covid-19;* e (iii) *Apresentar uma matriz de análise com base em novas categorias analíticas sustentadas na teoria da Administração Política com vistas a contribuir para a (re)definição de novos indicadores sociais que*

*considerem as novas tipificações da violência contra a mulher ocorridas a partir da Pandemia da Covid-19.*

Considera-se que a realização desse estudo assume relevância por pretender trazer uma contribuição sobre o tema da violência contra a mulher e inovar na apresentação de bases teórico-metodológicas críticas que colaborem para a análise e avaliação de políticas públicas. Esse esforço acadêmico ganha relevo por focar no desenho de uma matriz de análise que pretende apontar novos indicadores sociais dirigidos para contribuir para a concepção e avaliação de políticas de enfrentamento a violência contra a mulher no Brasil em um contexto marcado pelas crises e desafios gerados pela Pandemia da Covid-19.

A revisão da literatura sobre o tema comprova que diversas pesquisas têm sido desenvolvidas nesse campo, mas revela também que faltam esforços sobre temas específicos que abordem, por exemplo, a concepção e “uso e mau uso de indicadores sociais”, conforme apontado por Januzzi (2002), como referência fundamental para a concepção e avaliação de políticas públicas (GHERARDI, 2016; SANTOS, 2008; GARCIA, 2014). Essa constatação permite inferir que o aumento drástico dos índices de violência contra a mulher ocorridos, a partir da Pandemia, sugere haver ineficiência na gestão das políticas públicas de proteção a essa população (MARQUES *et al.*, 2020). Essas considerações preliminares resumem as contribuições acadêmico-científicas que esta pesquisa utilizou para os estudos da administração com ênfase na gestão de políticas públicas.

Este artigo está estruturado em três capítulos, excluindo essa introdução e as considerações finais. No primeiro capítulo será apresentada uma síntese do referencial teórico desenvolvido na pesquisa sobre violência contra a mulher com ênfase na experiência brasileira. No segundo será apresentada uma breve discussão sobre “o uso, mau uso e abuso de indicadores sociais” (ibidem) com ênfase nos índices usuais de violência contra a mulher à luz da teoria da Administração Política. No terceiro capítulo será apresentada a matriz de análise proposta como resultado do presente estudo cujo objetivo foi apontar novos conceitos no campo administração para tornar as políticas públicas de apoio às mulheres em situação de violência mais efetivas. Por fim, o trabalho apresenta algumas considerações finais com destaque para o processo de aprendizagem que o desenvolvimento desta pesquisa proporcionou para a formação no campo teórico e prático da administração.

## **2. Desafios das Políticas de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher no Pós-Pandemia da Covid-19**

A priori, destaca-se que os desafios na gestão das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil são, sobretudo, derivados de disfunções anteriores à crise sanitária, que se potencializaram e ganharam novas nuances. A gestão das Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher encontrou novos gargalos com a Pandemia da Covid-19, o primeiro refere-se ao aumento da dificuldade das vítimas de sair do ciclo de abusos. Segundo Conceição de Andrade, Superintendente do Instituto Maria da Penha, durante a pandemia a violência doméstica e familiar se tornou mais privada do que nunca, pelo isolamento da vítima com seu agressor (PONTE, 2020).

Conforme Larissa Santos *et al.* (2020) e Marques *et al.* (2020), os ciclos de abusos contra a mulher em ambiente doméstico se tornou mais evidente e difícil de ser rompido por causa das medidas de segurança que confinam vítima e agressor num mesmo espaço, sem contato com a comunidade de apoio. Além disso, em razão das inseguranças financeiras, muitas mulheres ficaram desempregadas e sem possibilidade de encontrar um novo trabalho, dependendo do abusador que se culminou com o medo e as incertezas quanto à doença que as aprisionaram em suas residências, sem buscar apoio.

Diante das novas nuances de violência sofridas na crise da COVID-19, os órgãos e entidades públicas e sociais também encontraram dificuldades de manter seu funcionamento. Nesse sentido,

atividades da comunidade como igrejas, escolas e assistência social interromperam seu funcionamento como medida de proteção. Os serviços de saúde foram reorientados para atendimento dos infectados. Já a Rede de Atendimento à Mulher tornou-se virtual, dificultando que as vítimas tivessem a ajuda necessária para romper o ciclo de abusos (MIRANDA e PREUSS, 2020).

A gestão da triangulação proposta nos PNPM (transversalidade, intersetorialidade e capilaridade) também se constitui em gargalos para a promoção das políticas de gênero na Pandemia. No contexto geral, articular os órgãos e níveis de governo em implementar de forma efetiva as políticas para as mulheres demanda instrumentos de gestão hábeis, mas defronta-se com a desarticulação entre os órgãos, escassez de recursos públicos e desigualdades sociais e orçamentárias entre os entes da federação (BUGNI, 2016).

A Pandemia da COVID-19 dificultou essas articulações ao demandar dos setores públicos novas tarefas, como o enfrentamento da doença para o setor da saúde, reorganização das modalidades de ensino para a educação, articulação da segurança pública e diminuição do corpo de trabalhadores para evitar aglomerações, e estreitamento orçamentário dado pela crise econômica e remanejamento de gastos para o combate e controle do vírus. Diante desse cenário, nota-se que as políticas de assistência às vítimas dependem diretamente dessa articulação de organismos governamentais, ONGs e de todos os entes federativos.

Para cumprir os objetivos do presente estudo, buscaram-se dados atuais da Rede de Atenção às Mulheres no Brasil, mas não há a divulgação de dados atualizados. O que ratifica a desarticulação e falta de publicidade e transparência do uso de indicadores sociais na avaliação das políticas públicas. Na Pandemia, além da dificuldade das mulheres de saírem dos ciclos de abusos e terem contato com as entidades que fazem parte dessa rede, observou-se a dificuldade em gerenciar as causas que levaram à diminuição do acesso de mulheres aos serviços e articular soluções.

Para enfrentar os gargalos trazidos pela Pandemia no que se refere ao atendimento às mulheres em situação de violência, o governo brasileiro anunciou a ampliação do Disque 100 e da Central de Atendimento do Ligue 180. Foram criadas também plataformas virtuais de atendimento como “Direitos Humanos Brasil” e o Portal de denúncias contra violência doméstica e familiar. Nesse último serviço é possível anexar provas e documentos que colaborem com o processo (Portal de Notícias do Governo Federal, 2020). Além disso, Sousa, Santos e Antonietti (2021) destacam a criação do site [ouvidoria.mdh.gov.br](http://ouvidoria.mdh.gov.br) que, junto com o [disque100.mdh.gov.br](http://disque100.mdh.gov.br) e [ligue180.mdh.gov.br](http://ligue180.mdh.gov.br), funcionam como ouvidoria para que familiares, vizinhos e pessoas desconhecidas possam registrar a ocorrência de violência doméstica e familiar e outras violações de direitos humanos.

Sem dúvida são passos relevantes, mas insuficientes para dar conta das medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar, em vista do seu elevado crescimento no período da Pandemia. Portanto, considera-se que é necessário que os serviços de criminalização sejam ampliados para permitir maior agilidade do andamento de processos cíveis e criminais de violência contra a mulher assim como investir na capacitação do corpo de profissionais que atua nos serviços dedicados a essas políticas para prepará-los para a nova realidade imposta pela Pandemia no que se refere ao recebimento de denúncias e para realizar um atendimento humanizado às vítimas. Outro aspecto que pode ser melhorado é o investimento em rondas em todo o Brasil para acolher e monitorar mulheres que solicitaram Medidas Protetivas de Urgência (MPU), como já acontece na Bahia. Mas tem-se revelado ainda mais urgente o investimento em políticas de apoio e acolhimento às vítimas de violência doméstica visto que a Pandemia trouxe maior vulnerabilidade psicológica, social e econômica a essas mulheres.

### **3. Análise Crítica dos Indicadores Sociais que têm Orientado a Avaliação de Políticas de Apoio às Mulheres em Situação de Violência**

Inicialmente é fundamental destacar a dificuldade de ter acesso aos indicadores de violência contra a mulher no Brasil. Fato que comprova um entrave para que a sociedade civil e entidades sociais acompanhem a evolução das políticas de enfrentamento à violência de gênero e sua eficiência e efetividade especialmente no contexto Pandemia da COVID-19. Conforme apontado anteriormente, os indicadores de violência contra a mulher são de fundamental importância para compreender a evolução e dinâmica dos níveis de violência, considerando diversas variáveis que possibilitem compreender, de forma ampla e contextualizada, as singularidades desse fenômeno social. Podem ser destacadas algumas variáveis mais relevantes como etnia, gênero, regionalidade, tipificação, entre outros, de modo que essas características possam possibilitar uma análise comparativa considerando as temporalidades que marcam esse problema. Somente com essa perspectiva ampliada e diversificada será possível estabelecer bases que permitam comparações que reflitam melhor os níveis de eficiência e efetividade dessas políticas, considerando os princípios da transversalidade, intersetorialidade e capilaridade que caracterizam essas ações públicas no Brasil. É a partir desta perspectiva crítica e contextualizada que será possível ao governo e a sociedade formularem novas estratégias orientadoras de gestão efetiva e qualificada dessas políticas.

Entretanto, esses indicadores estão dispersos entre os diversos órgãos que registram as denúncias ou o ingresso das vítimas, a exemplo dos serviços oferecidos pela Polícia (Militar e Civil), Disque Denúncia do MDH, postos de saúde, assistência social, entre outros. Isso ratifica as dificuldades da gestão e gerência dessas políticas de modo a garantir o cumprimento dos princípios da transversalidade, intersetorialidade e capilaridade.

A partir da análise das fontes de dados, observa-se que os indicadores de violência contra a mulher no Brasil têm sido analisados de formas diferentes, a depender do setor da administração pública que registra e divulga os referidos dados. Mas para os objetivos desta pesquisa, merece destacar que o problema mais relevante desse conjunto de indicadores produzidos pelo poder público não está nos dados em si, mas no uso adequado para reorientar a concepção e implementação dessas políticas; ou seja, a crítica está relacionada ao “não uso” ou “mau uso” dessas informações para melhorar de forma continuada a capacidade de gestão e gerência dessas ações públicas.

Entretanto, a principal questão destacada nesse estudo é a falta de articulação entre os Ministérios - da Saúde, Segurança Pública e MDH - na criação de indicadores e crítica dos dados que apresentam diferentes variáveis para uma mesma realidade. Conforme apontado por Bugni (2016) esse é um dos grandes problemas para alcançar a transversalidade da política de proteção às mulheres.

Quanto às ações de avaliação da gestão das Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, de acordo com os PNPM, teoricamente são considerados dois níveis de atuação dos indicadores oficiais: (a) a Gestão e Institucionalização do Pacto; e (b) os Eixos Estruturantes do Pacto (BRASIL, 2009). O primeiro compreende a gestão do pacto nos estados e o empoderamento dos organismos governamentais dirigido para garantir a transversalidade dos setores e a consolidação das políticas de combate e prevenção à violência de gênero e assistência às vítimas. O segundo compreende a gestão das políticas implementadas.

O Eixo da Gestão e Institucionalização do Pacto possui três categorias: (a) Capilaridade dos Organismos Institucionais de Políticas Públicas e Controle Social; (b) Autonomia dos Organismos Governamentais Estaduais de Políticas para Mulheres; e (c) Câmara Técnica Estadual/Municipal para Gestão do Pacto (BRASIL, 2009).

Quanto aos Eixos Estruturantes do Pacto são divididos em quatro categorias principais: (a) Fortalecimento da Rede de Serviços de Atendimento e Implementação da Lei Maria da Penha, que monitora e avalia a existência e ampliação dos serviços de assistência às vítimas, a articulação da

Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência e a capacitação dos profissionais; (b) Proteção dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; (c) Combate à exploração Sexual de Meninas e Adolescentes e ao Tráfico de Mulheres e; (d) Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão. Para os objetivos desta pesquisa considera-se necessária a compreensão da Categoria do Eixo de Fortalecimento da Rede de Serviços de Atendimento e Implementação da Lei Maria da Penha, por compreender a gestão dos programas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Ao analisar o que foi prometido para o monitoramento e avaliação das políticas para as mulheres pelo PNPM, nota-se que nenhum organismo governamental divulga os dados sobre as dimensões fundamentais para a qualidade dessa política referente à capacidade de gestão que envolve os aspectos referentes ao nível de articulação e implementação destas políticas. Merece destacar que a ausência dessa variável e indicadores correspondentes fere o princípio fundamental expressamente garantido no art. 37 da Constituição Federal de 1988 da publicidade das ações públicas. Diante disso, conclui-se que não existem dados disponibilizados pelo governo (em todas as subunidades nacionais) que comprovem à sociedade civil, especialmente às entidades sociais, que o pacto pelo enfrentamento à violência contra as mulheres está sendo cumprido de forma eficaz, eficiente e efetiva. Essa ausência de indicadores qualitativos sobre a dimensão da gestão dessas políticas tem imposto aos beneficiários diretos e indiretos, a análise da efetividade dessas ações sociais, apenas por meio da realidade empírica. Esse esforço interpretativo pelo senso comum tem revelado que as medidas lideradas pelo poder público não estão conseguindo dar o apoio necessário às mulheres em situação de violências, nem tão pouco conseguindo mudar a cultura machista que ainda predomina no Brasil.

Diante dessas evidências, essa pesquisa buscou identificar bases teórico-metodológicas críticas no campo da administração que contribuíssem para apresentação de novas bases acadêmicas e técnicas que possibilitem mudar essa situação. Nesse sentido, a partir das contribuições da formação acadêmica oferecida pelo Bacharelado em Administração da UFBA, optou-se por considerar como referencial teórico-metodológico central as contribuições trazidas pela teoria da Administração Política.

### **3.3. Contribuições da Teoria da Administração Política para a Análise e Avaliação de Políticas Públicas**

A administração tem sido, historicamente, compreendida como campo técnico e profissional criado e consolidado para dar sustentação teórico-metodológica às demandas do capitalismo industrial inaugurado a partir da segunda metade do século XIX. Coube a Taylor (1911) e a Fayol (1916) o esforço intelectual inicial para constituir a Administração como campo associado (dependente) da Ciência Econômica neoclássica que se sustentava nos princípios racionais que orientavam a razão do pensamento/ideologia da modernidade (utilitarismo e tecnicismo).

Ao criticar a falta de identidade e autonomia da Administração Científica, os estudos seminais da Administração Política liderados por Santos e Ribeiro (1993), Santos (2004) e Santos Ribeiro e Chagas (2009), afirmam que, ao não assumir ser um campo próprio do conhecimento (ainda que multidisciplinar), dotado de objeto e métodos próprios, a Administração não tem revelado capacidade de interpretação da realidade social e organizacional. Foi a partir do reconhecimento dessa lacuna epistemológica e teórico-metodológica que os referenciados autores definiram as bases preliminares do que denominaram, em 1993, de Administração Política. A partir desse esforço intelectual, defenderam o conceito de Administração Profissional como dimensão complementar e indissociável da Gestão, definido como o objeto científico da Administração Política.

Nesse sentido, diante dessa demarcação epistemológica, os citados acadêmicos vão definir as dimensões teóricas e analíticas que representam os aspectos subjetivos (concepção) e objetivos (técnicos) da Administração Política (Gestão) e da Administração Profissional (Gerência). Ao admitir a indissociabilidade desses dois aspectos centrais dos 'saberes e práticas administrativas', afirmam que será possível definir as melhores estratégias para conduzir um dado projeto social ou organizacional considerando como contexto central de análise dos padrões que orientam, historicamente, as relações sociais de produção, circulação/consumo e distribuição (expressos na capacidade de gestão e gerência).

Considerando o tema-objeto dessa pesquisa, entende-se ser relevante apresentar uma breve discussão sobre os conceitos de gestão e gerência à luz da Teoria da Administração Política como base para inovar nos aspectos teórico-metodológicos para análise e avaliação de políticas públicas que contribuam para uma compreensão crítica e contextualizada dos padrões de gestão que tem orientado as políticas públicas para as mulheres considerando todos os entes federativos (união, estados e municípios). Admite-se nesse estudo que é necessário redefinir tanto os padrões de gestão dessas políticas que permitam criar indicadores sociais que contemplem aspectos subjetivos e técnicos que caracterizam a administração de toda política pública.

João Ubaldo Ribeiro (1968 *apud* 2006) defende, desde meados dos anos de 1960, que a administração é política por natureza. O que implica reconhecer que como um campo próprio das ciências sociais trata-se de uma área do conhecimento e prática social e organizacional que, mesmo necessitando de elevada capacidade técnica, reflete essencialmente manifestações subjetivas, próprias das relações humanas. Por essa razão, defende o autor que as tecnicistas desse campo de práticas não resistem a um exame crítico rigoroso, capaz de oferecer informações substantivas que (re)orientem os fenômenos administrativos. Para João Ubaldo, é impossível estabelecer a distinção entre o caráter gerencial e político da administração, pois em razão de ser uma ciência social 'aplicada' carrega nos seus conhecimentos técnicos operacionalidades políticas.

A afirmação do citado intelectual, feita vinte e cinco anos antes do lançamento de 'A Administração Política Brasileira', em 1993, liderada por Santos e Ribeiro, corrobora, portanto, que os 'saberes e práticas administrativas' são essencialmente políticas. A contribuição feita por Santos (2004) e Santos, Ribeiro e Chagas (2009) está no fato de avançarem na construção da administração como campo do conhecimento, o que exigiu a definição do seu objeto científico, identificado como a gestão. Definir o objeto científico desse campo (ainda que essa discussão não esteja pacificada na literatura da área) é, portanto, o passo mais relevante para os autores seminais da Administração Política, pois permite avançar na construção das bases epistêmicas e teórico-metodológicas do campo.

Ao definir o objeto científico da Administração Política, os autores conseguem avançar na definição do que é gestão e gerência, como conceitos inter-relacionados. Nessa direção, Santos (2009) conceitua gestão como um dado padrão, sócio-histórico, que tem por propósito conceber, dirigir, organizar e implementar as relações sociais de produção, circulação/consumo e distribuição com vistas a garantir o bem-estar social.

Santos define as bases epistemológicas e teórico-metodológicas da Administração Política em três dimensões articuladas entre si: (i) a sociedade organizada – que representa o resultado do projeto de sociedade ideado pelo conjunto de atores sociais e que expressa o papel da Economia Política que vai caracterizar as decisões coletivas que deverão orientar a materialidade das demandas sociais; (ii) o Estado – que representa a principal instituição sócio-política criada pelas sociedades (antigas, moderna e contemporânea) com o propósito de administrar as relações sociais de produção, idealizada pela sociedade; e (iii) o capitalismo/socialismo (ou outro modo de organização socioprodutiva) – que representa a capacidade que cada sociedade vai criar para executar/conduzir (implementar) os padrões de gestão orientados para o alcance da finalidade social (SANTOS, 2004).

É importante esclarecer que para os autores a separação dos conceitos de administração, gestão e gerência tem função pedagógica para facilitar a compreensão das singularidades de cada dimensão. Como já ressaltado anteriormente, enquanto o conceito de *administração* representa o campo de conhecimento, a *gestão* reflete a dimensão conceitual (objeto científico) da administração e a *gerência* reflete a dimensão da execução do projeto concebido.

Pode-se resumir que enquanto a gestão fornece os aspectos abstratos/teóricos da administração, a gerência viabiliza sua operacionalidade (SANTOS *et al.*, 2017). Para fundamentar essa concepção teórico-metodológica da Administração Política, Santos, Ribeiro e Chagas (2009) definem duas dimensões principais de análise integradas entre si, para cada um dos aspectos da administração: a dimensão conceitual (que caracteriza a dimensão abstrata/subjetiva/teórica dos fenômenos administrativos) e a dimensão analítica (que caracteriza os aspectos aplicados da administração). Ao inovar na definição conceitual e analítica dos aspectos que caracterizam o fenômeno administrativo, os autores possibilitam tanto reconhecer o papel da administração como teoria social (base da teoria organizacional), como identificar suas manifestações aplicadas. Nesse sentido caracterizam a gestão como “ato de gestar, desenvolver, conceber e conduzir” e a gerência como “ato de gerenciar e executar funções técnicas”.

Considerando as definições apontadas pelos autores, pode-se resumir a definição de gestão e gerência da seguinte forma: Gestão: concepção de um dado padrão das relações sociais de produção, circulação/consumo e distribuição (representação do objeto científico da Administração Política), orientados para alcançar um dado projeto de sociedade ou de nação; e Gerência: ação materializada da gestão que representa o esforço de uma dada organização socioeconômica para implementar/fazer/realizar um dado projeto de sociedade uma nação.

Ao articular os conceitos de Administração Política e Administração Profissional para o campo da análise e avaliação de políticas públicas, é possível observar que o Brasil tem adotado posições ideológicas neoliberais que passaram a defender e priorizar, desde os anos de 1980, a diminuição radical do papel e funções do Estado nas relações sociais de produção. O que permite observar que tem se consolidado alterações substantivas nos padrões de Administração Política nacional (que repercute as mudanças advindas dos padrões de gestão do capitalismo global). Ao tomar como referência do Diagrama teórico apresentado na Figura 1, é possível identificar que esse movimento conservador responde às pressões do setor privado para garantir novos espaços de acumulação e realização do capital. Conforme destacado por Santos *et al* (2016), a partir da crise de financiamento do capitalismo contemporâneo (internacional e nacional), assiste-se a um movimento acelerado e persistente, desde os anos de 1970, de transferência para o setor empresarial dos espaços privilegiados que estava, desde os anos de 1930, sob a administração do Estado (através dos diversos processos de privatização).

Nesse novo contexto, o Estado perde, progressivamente, sua capacidade de fazer planejamento governamental – instrumento essencial para garantir a capacidade de ação do Estado, inclusive da concepção de um novo e inclusivo Projeto de Nação – e de conceber e implementar políticas públicas comprometidas no atendimento das demandas da sociedade (SANTOS *et al*, 2017). Ao perder a capacidade de conceber e executar políticas públicas efetivas e de qualidade, o Estado brasileiro tem privilegiado bases teórico-metodológicas racionais que passaram a privilegiar estudos diagnósticos que os citados autores classificam de ‘casuísticos’ (baseados em estudos de caso que fornecem uma dimensão limitada dos fenômenos administrativos como manifestação dos fenômenos sociais), ‘formalísticos’ (pautada fundamentalmente nas bases legais para monitorar e avaliar as ações do poder público) e/ou ‘positivista’ (pautados em uma racionalidade que aponta para o alcance de metas quantitativas pré-estabelecidas, sem considerar a finalidade da política).

Porém, os referenciados autores ressaltam que essas abordagens teórico-metodológicas neoliberais/racionalistas) apresentam prognósticos também simplistas visto que, ao partir de um diagnóstico superficial (acrítico e descontextualizado), compreendem as políticas públicas implementadas como ações corretas e legítimas. Quando identificam problemas sustentam que é necessário apenas fazer pequenas adequações na forma de execução das políticas, desconsiderando qualquer esforço em analisar esses limites, a partir de uma avaliação mais ampliada do fenômeno e da concepção utilitária que tem guiado a gestão pública (SANTOS *et al.*, 2017). Conforme já destacado, os autores também apontam que essa perspectiva racionalista de conceber e executar políticas públicas é, ainda, mais grave por considerar as metas físicas, ou seja, o ‘orçamento público (ênfático pela defesa obsessiva de garantir sempre maior eficiência), em detrimento do alcance efetivo da finalidade social da política pública. Concordamos com as análises dos citados autores quando ressaltam que esse compromisso com o cumprimento das metas (com o alcance dos custos-benefícios das políticas públicas) acaba por caracterizar o fracasso das políticas e programas governamentais (especialmente as políticas sociais) como resultado do problema de escassez de recursos, sem demonstrar empenho em compreender a própria concepção da gestão pública considerando os princípios impostos pelos padrões neoliberais.

Como contraponto a esse movimento conservador, Santos *et al.* (2017) reforçam que para a análise e avaliação de políticas públicas à luz da teoria da Administração Política é fundamental substituir as bases utilitárias predominantes para dar lugar a métodos mais críticos que possibilitem reinterpretar a realidade social e organizacional, a partir do contexto e singularidades. Nesse sentido, sugerem a utilização do método censitário para a compreensão dos fatores que levam à administração pública a oferecer serviços insuficientes ou ineficientes. Contrapondo-se, desse modo, ao predomínio das técnicas amostrais que reforçam o viés conservador e discriminatório, próprio das políticas públicas gerenciais (neoliberais). Assim, ao corroborar com a abordagem defendida pela Administração Política, esse estudo considera que a análise crítica das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres pode beneficiar esse arcabouço teórico-metodológico crítico.

#### **4. Proposição de Novos Indicadores Sociais para Orientar a Avaliação de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no Pós-Pandemia da COVID-19**

Com a finalidade de conceber novas bases teórico-metodológicas para a definição de indicadores adequados à realidade social brasileira para monitorar e avaliar as políticas de enfrentamento a violência contra a mulher no contexto da Pandemia da COVID-19 definiu-se um modelo teórico lógico, a partir da teoria da Administração Política.

A definição de um marco teórico-lógico é compreendida por Rowan (2000) como um esquema visual que apresenta como um programa ou política é concebido e deve ser implementado. Corroborando com essa abordagem, Medina *et al* (2005) define o modelo teórico-lógico, a partir das seguintes dimensões de análise: componentes principais (atividades/ recursos), objetivos de implementação; produtos (indicadores); objetivos de curto, médio e longo prazos. É importante ressaltar que, para a autora, este desenho não desconsidera as teorias e práticas anteriormente atribuídas a um programa ou política pública, mas visa diminuir os riscos e incertezas atribuídos ao seu impacto e mensurá-los de forma efetiva.

Baseados nesse modelo, Nogueira (2014) e Oliva (2021) avançaram em seus estudos de dissertação de mestrado realizados na Escola de Administração da UFBA e aplicaram a metodologia desenvolvida pelos estudos da Administração Política, refletindo os conceitos de gestão e gerência como componentes principais do modelo teórico-lógico. A partir desses dois estudos esta pesquisa orientou as bases teórico-metodológicas com o objetivo de ampliar a compreensão da capacidade de

gestão das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, enfatizando os aspectos gestoriais e gerenciais.

A partir das matrizes de análise elaboradas por Nogueira e Oliva, o objetivo central da pesquisa foi definir indicadores que permitam observar a referida política pública, a partir das dimensões da gestão e da gerência. Essa decisão implicou em considerar que o desempenho ou efetividade de uma dada política pública estão vinculadas a indicadores que avançam os aspectos meramente utilitários e tecnicistas que tem guiado a administração pública gerencial. Conforme já destacado anteriormente, no caso das políticas de combate à violência contra as mulheres essa proposição ganha relevo, em razão das dificuldades que essas ações têm revelado na gestão dessas políticas e que ganharam maior urgência com os impactos gerados pela Pandemia da COVID-19.

## **4.2. Proposição de Novos Indicadores Sociais para Orientar a Avaliação de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no Pós-Pandemia da Covid-19**

Esta subseção apresenta os aspectos metodológicos que serviram de inspiração para o desenvolvimento da proposição de novos indicadores para orientar a análise e avaliação das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. O objetivo principal dessa escolha é apresentar indicadores que sejam sensíveis às novas nuances advinda no contexto da Pandemia da COVID-19. Diante do desafio proposto, optou-se, conforme já destacado, por privilegiar a capacidade de gestão e de gerência, observando os princípios da transversalidade, intersetorialidade e capilaridade que caracterizam a concepção geral das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres.

Em síntese, a expectativa acadêmica é contribuir para uma compreensão mais ampliada e contextualizada dos aspectos abstratos/teóricos próprios da gestão que devem amparar a Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência no Brasil e identificar, ao mesmo tempo, as condições técnico/operacionais próprias da gerência para garantir sua efetiva implementação. Além disso, ratifica-se que as bases teórico-metodológicas que dão sustentação à matriz de análise aqui proposta estão respaldadas por estudo de referência já testado, como é o caso da dissertação de Nogueira (2014) e de Oliva (2021).

### **4.2.1. Percursos Metodológicos para a Construção da Matriz de Análise**

Para a construção da matriz de análise objeto desta pesquisa, é necessário retomar, de forma breve, os conceitos de gestão e gerência à luz da teoria da Administração Política. Conforme abordado na subseção seção 3.3., gestão é definida por Santos (2004) e por Santos, Ribeiro e Santos T. (2009), como o objeto científico da administração. Ao assumir um papel destacado da concepção e implementação de políticas públicas, a gestão reflete a dimensão macrosocial responsável por dar materialidade aos aspectos políticos/abstratos das relações sociais de produção, circulação/consumo e distribuição de uma dada sociedade. Considerando esse conceito, é necessário buscar na concepção de gestão de uma dada política o aparato teórico-metodológico que revela tanto a concepção, representada nos aspectos político-institucionais, como a dinâmica refletida nos macroprocessos organizacionais que vão possibilitar o alcance dos propósitos da ação pública.

A respeito do conceito de gerência os citados autores qualificam essa dimensão como o espaço complementar próprio da execução técnica do projeto de gestão. Nesse sentido, Nogueira e Oliva definiram para essa dimensão de análises variáveis que reflitam os aspectos da estrutura, da dinâmica micro organizacional e dos resultados alcançados. Em síntese, a utilidade desta metodologia está no fato de possibilitar a identificação das possibilidades concretas de manifestação da ‘engenharia dos

processos' de trabalho, dirigidos, portanto, para garantir a efetividade dos objetivos definidos no âmbito da gestão.

Com base no modelo teórico-lógico definido por Nogueira e da problematização da matriz feita por Oliva, foram definidas questões norteadoras para embasar o modelo de pesquisa avaliativa proposto neste trabalho. O objetivo é compreender o contexto da gestão das políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, a partir do desenho de uma matriz interpretativa crítica para avaliar a capacidade administrativa destas políticas no contexto da Pandemia da COVID-19. O esforço acadêmico foi contribuir para a construção de um modelo teórico-metodológico que influa positivamente na concepção de um sistema informacional qualificado, capaz de garantir a efetividade na oferta dos serviços de proteção social às mulheres em situação de violência.

Sobre o campo empírico, o lócus de análise deste estudo foi a implementação de políticas públicas de combate à violência no Brasil com o intuito de compreender as dinâmicas de articulação dos princípios da transversalidade, intersetorialidade e capilaridade que inspiraram a concepção e implementação dessas políticas. Essas perspectivas deveriam garantir que o pacto federativo promoveria a corresponsabilidade da gestão dessas políticas públicas nos territórios (BRASIL, 2011). Mas, as evidências empíricas revelam que essa promessa de articulação progressiva entre os entes federativos ainda não foi atingida e a Pandemia tem revelado que essa realidade está distante de ser alcançada. Diante desse fato, é fundamental compreender a capacidade de articulação da União com os estados e municípios na implementação destas políticas.

A construção da matriz baseou-se em dados secundários, advindos da análise bibliográfica e documental dos eixos de implementação das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher para compreender as distinções entre concepção e execução da implementação das políticas de gênero, a fim de buscar novos indicadores sensíveis a esta realidade.

A pesquisa bibliográfica e documental e a análise dos dados advindos deles foi o procedimento metodológico utilizado por esta pesquisa. A princípio, buscou-se na literatura a concepção ontológica, socialmente construída, das relações de sexo, para compreender a estrutura que ratifica a violência de gênero até a atualidade. Após a construção teórica da dominação masculina, ao longo dos séculos, se discutiu a evolução das políticas para as mulheres e, sobretudo, a análise e avaliação destas para identificar os problemas de gestão relacionados à sua implementação para, a partir disso, compreender as disfunções na gestão destas políticas após a Pandemia.

A implementação das Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher foi compreendida a partir da revisão sistemática, embora não exaustiva, da literatura sobre o tema, dando prioridade a concepção e limites dos princípios da transversalidade, intersetorialidade e capilaridade que, segundo Bugni (2016), fornecem o aparato teórico-metodológico para incluir a agenda de gênero nos mais diversos setores da administração pública. Com base nessa revisão foi possível concluir que a atuação efetiva destes três eixos depende de uma análise clara da concepção de gestão das políticas públicas.

Nesse capítulo foram apresentadas as bases teórico-metodológicas da pesquisa especialmente no que se refere à construção de novos indicadores sociais que reflitam, de forma crítica e contextualizada, os aspectos subjetivos e técnico-operacionais que caracterizam e qualificam a gestão das políticas públicas analisadas neste projeto. Para avançar nessa construção teórica foi necessário fazer uma breve revisão e discussão da teoria da Administração Política, a fim de identificar as contribuições desses estudos para interpretar os indicadores sociais que têm sido difundidos pelo poder público sobre as ações de proteção às mulheres em situação de violência no Brasil.

Diante dos resultados alcançados na revisão e discussão da literatura e considerando a escolha da Administração Política como referencial teórico-metodológico desta pesquisa será apresentado no Quadro 1 a matriz de análise contemplando a definição de novos indicadores.

QUADRO 1- Matriz de Análise/Avaliação

TEORIA	CONCEITO	DIMENSÃO	SUBDIMENSÕES	INDICADORES	SUBINDICADORES
ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA	Gestão (Concepção)	Político- Institucional I	Desenvolvimento Institucional	Definição de novas estratégias para adequar/ampliar as Políticas de Atenção à Mulher Vítima de Violência na Pandemia	Nível de Transversalidade após as novas e complexas demandas que emergiram após a pandemia
					Nível de Intersetorialidade após as novas e complexas demandas que emergiram após a pandemia
				Ampliação da capacidade de financiamento das políticas de Atenção à Mulher Vítima de Violência após a Pandemia	Nível de Capilaridade das políticas para ampliar a capacidade de financiamento das políticas para atender às novas demandas que emergiram após a Pandemia
				Dinâmica dos Macroprocessos Organizacionais e Administrativos	Adequação das normas e procedimentos burocráticos para a melhoria do atendimento e acolhimento das vítimas após a Pandemia
			Atualização dos processos de trabalho		
			Mudanças na estrutura organizacional da Rede para adequar os serviços disponibilizados às vítimas após a pandemia		Adequação/Atualização das estruturas organizacionais
			Ampliação do quadro de servidores para atender a ampliação e complexidade das demandas por atendimento e acolhimento das vítimas após a pandemia.		Oferta de vagas para servidores públicos de apoio e atendimento à mulher vítima de violência
					Adequação da metodologia de planejamento da Rede

				com vista a adequar os macroprocessos organizacionais para melhoria do atendimento às vítimas após a pandemia	processo de planejamento	
<b>Gerência (Implementação)</b>	<b>Técnico-Operacional</b>	<b>Estrutura Administrativa</b>	Ampliação/ melhoria da capacidade de infraestrutura física e tecnológica da Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência após a Pandemia	Disponibilidade e qualidade dos equipamentos infra estruturais e tecnológicos da Rede no eixo intersetorial		
				Disponibilidade e qualidade dos equipamentos infra estruturais e tecnológicos da Rede no eixo transversal		
		<b>Dinâmica dos Micro Processos Organizacionais e Administrativos</b>	Definição de ações planejadas com os atores envolvidos, com vistas a adequar os serviços disponibilizados pela Rede às novas demandas que emergiram após a Pandemia.	Nível de articulação intersetorial das metas		
				Nível de articulação transversal das metas		
			Existência de política de capacitação profissional continuada do corpo técnico da Rede	Nível de adequação das ações de capacitação para a melhoria da qualidade do atendimento e acolhimento às vítimas no pós-pandemia.		
			Política de valorização dos servidores	Estímulo ao desempenho		
		Melhoria da capilaridade das políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulher após a Pandemia	Aumento do acesso à Rede			
			Aumento dos serviços de Atenção à Vítima adequada ao contexto da Pandemia.			
						Aumento da oferta de

			<b>Resultados</b>	Melhoria da Transversalidade das Políticas na Rede após a pandemia	serviços públicos em outras secretarias/órgãos públicos (em âmbito federal, estadual e municipal), compatíveis com o aumento e características da violência após a Pandemia
				Melhoria na Gestão dos Serviços da Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência	Nível de qualidade dos serviços prestados após a pandemia.

Fonte: Autoria própria.

## 5. Considerações Finais

Com base na revisão da literatura constatou-se que a Pandemia da Covid-19 que impôs impactos sanitários e socioeconômicos graves, especialmente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e a maioria dos países subdesenvolvidos, marcados por profundas desigualdades sociais e de gênero. Somados ao isolamento social, que confinou muitas mulheres e impôs uma convivência diária com seus agressores, a situação da violência doméstica no Brasil foi potencializada. Ao considerar os aspectos culturais, pode-se inferir que as relações sociais entre homens e mulheres acentuaram a reafirmação do papel do homem como dominador (ainda que este não seja, necessariamente, o provedor da família). Essa conclusão se sustenta nas evidências empíricas que revelam que o espaço de poder ao qual as mulheres foram relegadas historicamente, o lar, passou a ser disputado pelos homens no contexto da Pandemia. Conforme foi destacado ao longo do trabalho, as dificuldades socioeconômicas que a crise sanitária tem gerado, ao dificultar a capacidade de inserção no mercado de trabalho ou redução brusca da renda feriu o papel do macho provedor, fragilizando, assim, sua virilidade e aguçando o instituto violento latente.

Para os objetivos dessa pesquisa, o aumento do número de violência contra as mulheres no período de isolamento imposto pela Pandemia evidenciou a fragilidade das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres revelando que se trata de um problema estrutural das políticas sociais brasileiras que remonta, portanto, as demandas trazidas pela Pandemia. Considerando essas limitações, conclui-se que falta capacidade de gestão dessas políticas públicas, de modo que garantam uma concepção (gestão) adequada à realidade social e uma execução/implementação (gerência) que garanta níveis elevados de efetividade e qualidade das ações públicas.

Para analisar a capacidade de gestão da Rede de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência, buscou-se, inicialmente, levantar os indicadores sociais utilizados na avaliação dos organismos governamentais. Mas ao constatar que nenhum órgão disponibiliza estes dados, essa ausência revela não apenas um problema de publicidade dos atos e fatos da administração pública, mas evidencia que a gestão não tem sido objeto de análise desses fenômenos. Diante dessa constatação, questionou-se se a gestão das políticas para as mulheres estão, efetivamente, sendo monitoradas e avaliadas como vistas a retroalimentar essas ações.

A partir dessa problematização, esta pesquisa investigou as contribuições que as bases teórico-metodológicas da Administração Política poderiam trazer para a construção de novos indicadores

sociais considerando a gestão como referência central de análise. A partir dessa definição foi elaborada uma matriz de análise crítica visando propor novos indicadores dirigidos para avaliar a capacidade de gestão das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres sensível às mudanças ocorridas na Pandemia da COVID-19. A matriz de análise buscou evidenciar e articular as dimensões da gestão (capacidade político-institucional) e de gerência (capacidade técnico-operacional) para a promoção efetiva das políticas estudadas nessa pesquisa.

Em termos metodológicos, a capacidade de gestão das políticas de enfrentamento à situação de violências contra as mulheres foi analisada a partir da abordagem desenvolvida pela teoria da Administração Política tomando como referência os avanços desenvolvidos pelos estudos de Nogueira (2014) e Oliva (2021). Com base nesses avanços teórico-metodológicos esse estudo propôs novos indicadores sociais que reflitam a capacidade de gestão dessas políticas e buscou refletir os princípios orientadores dessas políticas concebidos para alcançar níveis de transversalidade, intersectorialidade e capilaridade.

Defende-se que esta escolha metodológica permitirá observar melhor os limites, desafios e tendências dessas políticas para o cumprimento da sua finalidade que é garantir proteção às mulheres em situação de violência. Pode-se inferir, pois, que a definição preliminar dos indicadores sociais para monitorar e avaliar a capacidade de gestão e gerência dessas ações públicas podem contribuir para um primeiro e, ainda, incipiente exercício acadêmico cujo objetivo é colaborar para que o campo de conhecimento e práticas sociais da administração política (com ênfase no papel da administração pública) possa avançar nesse debate fundamental para a transformação da nossa sociedade. Ao privilegiar indicadores críticos e contextualizados, pretende-se, portanto, oferecer às vítimas, à sociedade civil organizada e ao poder público informações mais próximas da realidade à qual essas mulheres são submetidas no seu cotidiano.

Nesse sentido, avalia-se que um primeiro movimento fundamental nessa direção foi questionar a capacidade de gestão político-institucional e a definição de macroprocessos organizacionais e administrativos. O que implica identificar e refletir sobre a concepção (teórica) dessas políticas para, assim, dimensionar se de fato atendem às demandas sociais e avaliar qual a real ou potencial capacidade para implementá-las. Defende-se que essa avaliação precisa refletir como os princípios da *transversalidade*, *intersectorialidade* e *capilaridade* tem se configurado em âmbito institucional, organizacional e administrativo para atuarem como elementos potencializadores da efetividade e sustentabilidade dessas políticas.

Com base na teoria da Administração Política considera-se que esses princípios, por refletirem a concepção das referenciadas ações, devem ser também refletidos na dimensão da gerência. O que implica considerar que os indicadores definidos para mensurar essa dimensão técnico-operacional, materializadas na capacidade da estrutura disponibilizada, nos micros processos organizacionais e administrativos e nos resultados, devem estar em perfeita articulação com a concepção da gestão das políticas.

Os indicadores escolhidos buscam refletir as dimensões subjetivas/abstratas que conformam os aspectos próprios da gestão e contribuir para mensurar os aspectos técnico-operacionais próprios da gerência. Conforme já apontado, as duas dimensões de análise privilegiaram refletir os níveis efetivos de transversalidade, intersectorialidade e capilaridade expressos nas duas dimensões analisadas (gestão e gerência) e observar o nível de adequação/melhoria dos bens e serviços disponibilizados para o enfrentamento da violência.

A partir dessas considerações avalia-se que o objetivo geral deste projeto de propor o uso de novos indicadores críticos e contextualizados para qualificar a análise e avaliação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher foram cumpridos. Além desse aspecto, considera-se que esta pesquisa avançou na discussão de novas bases teórico-metodológicas do campo da

administração, com ênfase nas contribuições da administração política, para análise de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. **Metodologia para Implementação, Monitoramento e Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2009. Acesso em: 15 de nov. 2021
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2011. Acesso em: 15 de nov. 2021
- BRASIL **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília, 2005. Disponível em: > Acesso em: 15 de set. de 2021
- BUGNI, R. **Políticas Públicas para Mulheres no Brasil: Análise de Implementação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em Âmbito Nacional e Internacional**. São GARCIA, L. **A Magnitude Invisível da Violência contra a Mulher**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 2016
- GHERARDI, N. **Violência contra a Mulher na América Latina**. Buenos Aires, 2016
- MARQUES, E. *et al.* **A Violência contra Mulheres, Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia pela COVID-19: Panorama, Motivações e Formas de Enfrentamento**. 2020
- MIRANDA, B.; PREUSS, L. **As Silhuetas da Violência contra a Mulher em Tempos de Pandemia**. Sociedade em Debate, 2020
- NOGUEIRA, M. **Gestão em Saúde Auditiva: construção de um instrumento para avaliação da qualidade dos Serviços de Saúde sob a ótica da Teoria da Administração Política**. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.
- OLIVA, A. **Avaliação da Capacidade de Gestão do Programa de Nacional de Alimentação Escolar no IFMG- Campus Monte Carlos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021
- OLIVEIRA, M. J. **Políticas Públicas para Mulheres: um Olhar sobre a Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência em Salvador**. Salvador, 2013
- PONTE. **Um Vírus e Duas Guerras: Mulheres enfrentam em Casa a Violência Doméstica e a Pandemia da Covid-19**.
- Portal de Notícias do Governo Federal . **No Planalto, a Ministra Damares apresenta Principais Ações de Enfrentamento ao Covid-19**. 2020.
- SANTOS, LARISSA. *et al.* **O Isolamento Social como Gatilho para a Violência contra Mulheres na Vivência de Pandemia**. 2020
- SANTOS, R. S. **A Administração Política como Campo do Conhecimento**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Mandacaru, 2004.
- SANTOS, R. *et al.* **Administração Política e Políticas Públicas: em Busca de uma Nova Abordagem Teórico- Metodológica para a (Re) Interpretação das Relações Sociais de Produção, Circulação e Distribuição**. Cadernos EBAPE.BR, V.15, n. 15, 2017
- SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E.; CHAGAS, T. **Bases Teórico-metodológicas da Administração Política**. Revista de Administração Pública, 2009.
- SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. **A Administração Política Brasileira**. Revista de Administração Pública, v. 27, n. 4, p. 102-135, 1993
- SOUSA IN, SANTOS FC, ANTONIETTI CC. **Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa**. REVISA, 2021